



# REGIME ESPECIAL TRIBUTÁRIO PARA A INDÚSTRIA DE DEFESA - RETID

# SUMÁRIO

- ✓ Definições
- ✓ EED
- ✓ Benefícios
- ✓ Regulamentação
- ✓ Habilitação
- ✓ Vantagens

# RETID

## Definições

- ✓ É o Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa.
- ✓ Legislação: Lei nº 12.598, de 22 de março de 2012.
- ✓ Foram estabelecidas normas especiais para as compras e contratações, para o desenvolvimento de produtos e sistemas de defesa, bem como medidas de incentivo à área estratégica de defesa.
- ✓ Produto de Defesa (PRODE): É todo bem (inclusive fardamento), serviço, obra ou informação utilizado nas atividades finalísticas de defesa – com exceção daqueles de uso administrativo.
- ✓ Produto Estratégico de Defesa (PED): É todo PRODE que, pelo conteúdo tecnológico, pela dificuldade de obtenção ou pela imprescindibilidade, seja de interesse estratégico para a defesa nacional, tais como: recursos bélicos navais, terrestres e aeroespaciais; serviços técnicos especializados na área de projetos, pesquisas e desenvolvimento científico e tecnológico; equipamentos e serviços técnicos especializados para a área de informação e inteligência.
- ✓ Sistema de Defesa (SD): conjunto inter-relacionado ou interativo de PRODE que atenda a uma finalidade específica.

# RETID EED

- ✓ Empresa Estratégica de Defesa (EED) é toda pessoa jurídica credenciada pelo Ministério da Defesa (MD), mediante as seguintes condições cumulativas:
- Ter como finalidade, em seu objeto social, a realização ou condução de atividades de pesquisa, projeto, desenvolvimento, industrialização, prestação de serviços técnico-especializados, produção, reparo ou modernização de PED no país, incluídas a venda e a revenda somente quando integradas às atividades industriais da área de defesa;
  - Ter no país a sede, a sua administração e o estabelecimento (industrial, equiparado a industrial ou prestador de serviço);
  - Dispor, no país, de comprovado conhecimento científico ou tecnológico, próprio ou complementado por acordos de parceria com Instituição Científica ou Tecnológica, relacionados à atividade desenvolvida;
  - Assegurar, em seus atos constitutivos ou nos atos de seu controlador direto ou indireto, que o conjunto dos sócios ou acionistas estrangeiros não possam exercer, em cada assembleia geral, número de votos superior a 2/3 (dois terços) do total de votos que puderem ser exercidos pelos acionistas brasileiros presentes;
  - Assegurar a continuidade produtiva no país.

# RETID

## Benefícios

- ✓ São beneficiárias do RETID: a) as EED que produzam bens de defesa nacional ou prestem serviços referenciados na lei; e b) as empresas que produzam bens ou prestem serviços utilizados como insumos na produção dos PED, PRODE ou SD.
- ✓ Com relação ao item “b” supracitado, a empresa deve ser preponderantemente fornecedora, ou seja, 70% ou mais de sua receita deve ser fruto de vendas a EED, para fabricantes de bens de defesa nacional, de exportação ou de fornecimento para o Ministério da Defesa e suas entidades vinculadas.
- ✓ Fica suspenso o pagamento do PIS/PASEP e da COFINS na venda realizada para empresa beneficiária do RETID.
- ✓ Fica suspenso o pagamento do PIS/PASEP e da COFINS-Importação na importação efetuada por empresa beneficiária do RETID (inclusive via trading).
- ✓ Fica suspenso o pagamento do IPI incidente na saída do estabelecimento industrial ou equiparado na venda para empresa beneficiária do RETID.
- ✓ Fica suspenso o pagamento do IPI incidente vinculado à importação quando esta for efetuada por estabelecimento industrial de empresa beneficiária do RETID (inclusive via trading).

# RETID

## Benefícios

- ✓ Ficam reduzidas a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a receita empresa beneficiária do RETID decorrente da venda de bens ou da prestação de serviços à União, para uso privativo das Forças Armadas – exceto para uso pessoal e administrativo.
- ✓ Ficam isentos de IPI os bens de defesa nacional definidos em ato do Poder Executivo e saídos do estabelecimento industrial ou equiparado de pessoa jurídica beneficiária do RETID, quando adquiridos pela União, para uso privativo das Forças Armadas – exceto para uso pessoal e administrativo.
- ✓ As pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional ou tributadas pelo imposto de renda com base no lucro presumido não poderão ser habilitadas no RETID.
- ✓ A suspensão da exigência do pagamento do tributo, se provada obediência ao prescrito no texto legal, converte-se em alíquota zero

# RETID

## Regulamentação

- ✓ O RETID foi regulamentado pelo Decreto nº 8.122, de 16 de outubro de 2013.
- ✓ A Secretaria da Receita Federal do Brasil estabeleceu a forma e o procedimento de habilitação ao RETID pela Instrução Normativa nº 1.454, de 25 de fevereiro de 2014.
- ✓ A Portaria Normativa Nº 3.491/MD, de 22 de setembro de 2017, definiu os termos Bens de Defesa Nacional – BDN e Bens de Interesse Estratégico de Defesa Nacional – BIEDN como condição *sine qua non* para a operacionalização do regime.
- ✓ Compete ao Ministério da Defesa fiscalizar a utilização dos bens ou serviços adquiridos com os benefícios do RETID.

# RETID

## Habilitação

- ✓ É divulgada no site da RFB na Internet a relação das pessoas jurídicas habilitadas ao RETID, na qual consta a data da habilitação e, se for o caso, a data do cancelamento.
- ✓ São requisitos para habilitação ao RETID:
  - A apresentação de requerimento de habilitação, mediante formulário disponível no sítio da RFB na Internet, no endereço <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>
  - A apresentação de Escrituração Fiscal Digital;
  - A prévia adesão ao Domicílio Tributário Eletrônico (DTE), nos termos da Instrução Normativa nº 664, de 21 de julho de 2006;
  - A regularidade fiscal do estabelecimento matriz e de suas filiais em relação aos tributos administrados pela RFB;
  - O credenciamento no órgão competente do Ministério da Defesa, que é efetuado acessando o link <https://siscaped.defesa.gov.br/>, para o Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SisCaPED) , que está disponível nas páginas do Ministério da Defesa (MD) e do CECAFA (Centro de Catalogação das Forças Armadas).



# RETID

## Habilitação

- ✓ A análise e o deferimento do requerimento de habilitação competem à Delegacia da Receita Federal do Brasil (DRF) ou à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat) que jurisdiciona o estabelecimento matriz da pessoa jurídica requerente.
- ✓ No caso de contribuintes domiciliados na cidade de São Paulo/SP, caberá à Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Administração Tributária (Derat) a análise e o deferimento do requerimento de habilitação.
- ✓ A decisão sobre a habilitação será formalizada por meio de Ato Declaratório Executivo (ADE) emitido pelo Delegado da DRF ou da Derat e publicado no DO.
- ✓ A pessoa jurídica habilitada ao RETID poderá, a seu critério, efetuar aquisições, locações e importações fora do RETID, sem a suspensão da exigência dos tributos.
- ✓ O prazo atual do RETID vai até 22 de março de 2032.



# RETID

## Vantagens

- ✓ O RETID, se aplicado na íntegra em toda a cadeia de fornecedores das FFAA, possibilita:
- ✓ Uma redução média de preço, em relação ao valor final de venda para as FFAA, de até **36,87 %**, sendo 13,04% referente às desonerações da cadeia e 23,83% referente às desonerações das vendas finais.
- ✓ O RETID, se aplicado na íntegra em toda a cadeia das empresas exportadoras possibilita:
- ✓ Uma redução média de preço, em relação ao valor final dos produtos exportados, de até **13,04%** referente às desonerações da cadeia.

# **PINHEIRO BITTENCOURT ADVOGADOS ASSOCIADOS**

Av. Dr. João Guilhermino, nº 261, 7º andar, Centro  
São José dos Campos – SP  
Tel. (12) 4009-2578

Av. Paulista, nº 2006, cj. 1214  
São Paulo – SP

**[contato@pinheirobittencourt.com.br](mailto:contato@pinheirobittencourt.com.br)**